

**ATA DA 64ª REUNIÃO DA  
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,  
REALIZADA EM BRASÍLIA - DF**

**DATA:** 27 e 28/07/2004

**PARTICIPANTES:**

Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)  
Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa (byron.costa@mj.gov.br)  
Ministério da Integração Nacional: Fernando Cabral (sih@integracao.gov.br)  
Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo (valdemar.araujo@cidades.gov.br)  
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Ademar Passos Veiga (veiga@ana.gov.br)  
Ministério de Minas e Energia: Ana Salett P. Marques (anasalett@dnpm.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: Luiz Fernando Carneseca (lcarneseca@sp.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@prodase.com.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo: Heloise Ribeiro Caldeira Brant (heloise.brant@igam.mg.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Ceará/Bahia: (ausência)  
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Valéria Almeida Lopes de Faria (vfaria@cemig.com.br)  
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)  
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Jackson de Araújo Reis (jackson@ctrq.com.br)  
Comitês: Fernando Antonio Rodrigues Netto (fanetto@sp.gov.br)  
Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete José Tokarski (donizete@ecodata.org.br)  
Organizações não governamentais: Andréa P. Carestiatto Costa (acarestiatto@uol.com.br)  
Organizações técnicas e de ensino e pesquisa: (ausência)

**CONVIDADOS:**

Ana Maria Alves – SRH/MMA (ana-maria.alves@mma.gov.br)  
Ana Paula Cattini Braga Sampaio – ANA (ana.cattini@ana.gov.br)  
Carlos Eduardo Nascimento Alencastre – CBH-Pardo – DAEE (bpg@daee.sp.gov.br)  
Cristina Campos Esteves – DNPM/MME (cristinacampos@dnpm.gov.br)  
Dalva Vieira de Souza Ringuier – CBH Provisório Rio Itapemirim (dalvaringuier@bol.com.br)  
Eloísa Aparecida Belleza Ferreira – Conagua (eloisa@ecodata.org.br)  
José Cupertino Tenório Netto – ABINAM (jc-tenorio@uol.com.br)  
Maria Cristina Yuan – IBS (crisyuan@ibs.org.br)  
Maurício Andrés Ribeiro – ANA (mauricio.andres@ana.gov.br)  
Patrícia Helena Gambogi Boson – CNI/IBRAM (tita@em.net.com.br)  
Rita Cerqueira – SRH/MMA (rita.souza@mma.gov.br)  
Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roberto.monteiro@mma.gov.br)  
Rosa Maria Machado Mancini – CBH Litoral Norte – DAEE (cbhln@pratica.com.br)  
Roseane Dori Quetto – AGERSA/Cach. Itapemirim-ES (agersa@cachoeiro.com.br)  
Valter Otaviano Jr. – AGU/MMA (valter-otaviano.junior@mma.gov.br)

**RELATOR:**

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

**DATA:** 27/07/2004

**Início:** 9h50

**Término:** 18h15

Às nove horas e cinquenta minutos do dia vinte e sete de julho de 2004, no miniauditório do 4º andar do Edifício da CODEVASF, situado no SGAN 601, Brasília/DF, iniciou-se a 64ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTIL, declarou abertos os trabalhos e deu boas vindas a todos. Noticiou sobre a criação de uma Comissão Especial, criada no âmbito da Câmara Federal, para reunir os debates sobre todos os PLs em tramitação referentes a recursos hídricos, inclusive o PL nº 1.616. Externou dúvidas quanto ao apensamento da PEC nº 40, que aborda a dominialidade das águas subterrâneas. Destacou a recente publicação pela SRH/MMA de uma nova edição, atualizada, do livro "Recursos Hídricos – Conjunto de Normas Legais", cuja distribuição está sendo providenciada nessa reunião da CTIL. Informou sobre o recebimento do Ofício nº 286/DP/2004 (**Anexo II**), encaminhado pelo Diretor-Presidente da ANA, solicitando a retirada dos itens 5 e 8 da pauta dessa reunião. Solicitou então ao Sr. Ademar Veiga (ANA) que prestasse esclarecimentos. O Sr. Ademar (ANA) disse que o item 5 da pauta trata da dominialidade dos cursos de água; ressaltou que, após o encaminhamento à Secretaria Executiva, houve entendimento na ANA

sobre a necessidade de se adotar um novo tratamento para o tema. Referindo-se ao item 8, que trata de proposta de criação de um fundo para a recepção dos recursos advindos da cobrança pelo uso da água, disse que a recente edição da Lei nº 10.881, de 2004, havia atendido o objeto principal da criação do fundo, qual seja, evitar o contingenciamento desses recursos. Disse que, pelo entendimento atual, não havia pertinência na análise do tema, sendo recomendável a devolução do processo, devidamente justificado, ao órgão de origem, a ANA. Pelo acima exposto, concluiu, foi apresentada a solicitação para retirada de pauta desses dois itens. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) observou que a Lei nº 10.881 não garantia a aplicação plena dos recursos da cobrança no mesmo exercício de sua arrecadação. Lembrou também da existência de um PL propondo a criação de um fundo nos mesmos moldes, em tramitação na Câmara dos Deputados, e solicitou à Secretaria Executiva a averiguação do seu apensamento ao PL nº 1.616, dentro da Comissão Especial supracitada. O Sr. Ademar Veiga (ANA) esclareceu que a criação do fundo não pretendia, de qualquer forma, dirimir a questão apresentada pelo Sr. Jessé Costa (CERH-SE). Em seguida, foi aceita a retirada dos itens 5 e 8 da pauta, sendo recomendada, com a justificativa apresentada pelo Sr. Ademar Veiga (ANA), a devolução do processo referente ao item 8 à CONJUR/MMA. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) comentou que a questão do fundo de recursos hídricos poderia ser oportunamente discutida na CTIL, sob outro contexto. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) solicitou o adiamento, para a próxima reunião da CT, da análise do item 7 de pauta, tendo em vista a impossibilidade de comparecimento do técnico encarregado da sua apresentação. O adiamento foi aceito. Passou-se então ao item 2 da pauta: aprovação das atas da 62ª e 63ª reunião da CTIL. O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) informou que a Sra. Patrícia Boson (Indústria) e a Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias energia hidrelétrica) haviam encaminhado, por correio eletrônico, modificações para a ata da 62ª reunião, que foram lidas e aceitas. Não houve modificações propostas para a ata da 63ª reunião. Com isso, as atas foram consideradas aprovadas. Passou-se então para o item 3 da pauta: eleição do Presidente da CTIL. O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) solicitou a palavra e propôs o reencaminhamento do Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) na Presidência da CTIL. A proposta foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) agradeceu a confiança depositada e parabenizou a todos pelos trabalhos desenvolvidos no âmbito da CT. Passou então ao item 4 de pauta: análise de proposta para criação da Câmara Técnica de Gestão Integrada Costeira. Relatou que, durante a XI Reunião Ordinária do CNRH, realizada em 02 de julho deste ano, foi apresentado, e aprovado, requerimento de urgência pelo Conselheiro Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) com solicitação de análise inicial no âmbito da CTIL da proposta em questão. Lembrou que a gestão dos recursos hídricos costeiros é um tema de relevância, não abordado na Lei nº 9.433, de 1997. Convidou em seguida a Sra. Rosa Mancini (CBH Litoral Norte – SP) para proceder à apresentação sobre o tema (**Anexo III**). A Sra. Rosa Mancini (CBH Litoral Norte – SP) discorreu sobre a caracterização da zona costeira brasileira e os principais fatores de pressão sobre essas áreas relacionados a recursos hídricos. Destacou como principal meta a ser perseguida com a criação da CT a integração das políticas públicas de recursos hídricos e gerenciamento costeiro, visando resultados positivos para a melhoria da qualidade ambiental na zona costeira. Teceu comentários sobre a base legal dos sistemas de recursos hídricos e de gestão costeira, suas formas de atuação e de contribuição, salientando os problemas comuns enfrentados. Finalizou elencando propostas metodológicas para um programa e respectiva dinâmica de trabalho da CT, se atendo também aos seus potenciais integrantes. Relatou sobre os trabalhos em andamento na SRH/MMA para a organização de um evento relacionado à integração dos dois sistemas de gestão, em atendimento a uma demanda originada do Fórum Nacional de Comitês. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) fez ressalva para as questões operacionais decorrentes da criação de uma nova CT do CNRH. Solicitou avaliação da premência da sua criação, indicando que o assunto poderia ser tratado no âmbito de um GT. O Sr. Maurício Andrés (ANA) falou sobre a pertinência do tema, informando ainda sobre a recente realização de evento relacionado na ANA. Sugeriu que o espaço institucional para debates sobre a questão poderia ser a CT de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR. Lembrou que, entretanto, poderiam surgir questionamentos sobre a criação de CTs relacionados ao pantanal, cerrado, etc. A Sra. Andréa Carestiato (ONGs-Instituto Ipanema) se mostrou favorável à criação da CT. Lembrou que não se trata de uma CT relacionada a aspectos regionais, nem tampouco para tratar de um bioma específico, mas sim de uma região costeira que abrange vários biomas. O Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA) opinou que o gerenciamento costeiro transcende as competências da CTPOAR, cujas atenções deveriam se

voltar para questões reguladoras. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) ratificou destaque para a importância dos demais biomas, como o cerrado e sua biodiversidade, em contraponto ao dado para o bioma marinho. Mostrou-se favorável à criação da CT. O Sr. Fernando Rodrigues (Comitês) disse que todos os biomas têm a sua importância, lembrando que os planos de recursos hídricos, de uma forma geral, se ocupam de vários deles. Devido à complexidade técnica dos temas e prioridades específicas da região costeira, mostrou-se favorável ao debate em CT exclusiva. Opinou que há o desconhecimento, de uma forma geral, da integração das gestões costeira e de recursos hídricos interiores. Destacou que o âmbito da CT proposta seria um local importante para o exercício da articulação. O Sr. José Cupertino (ABINAM) propôs a criação de um GT no âmbito da CTIL para debater o assunto. O Sr. Jackson Reis (Lazer e Turismo) se posicionou favoravelmente à criação da CT. A Sra. Andréa Carestiato (ONGs-Instituto Ipanema) salientou a questão estratégica do gerenciamento costeiro, inclusive aspectos econômicos e questões sociais, o que justificaria um fórum específico para debates. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), procurando encaminhar o assunto, registrou o consenso existente sobre a necessidade do debate da gestão integrada costeira no âmbito do CNRH. O Sr. Fernando Rodrigues (Comitês) disse que não há premência para criação dessa CT e que, portanto, suas competências deveriam ser debatidas e elaboradas com tempo. Tendo em vista o teor dos debates, foi criado um GT com a missão de elaborar proposta inicial de competências para a CT de Gestão Integrada Costeira, além da indicação de seus potenciais integrantes. O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) indicou que o tema da gestão costeira traz uma forte característica interinstitucional e que, portanto, o GT deveria se ater também ao grau de governabilidade da CT. Manifestou sua concordância com os argumentos técnicos apresentados. A composição do GT ficou da seguinte forma: Sra. Rosa Mancini (CBH Litoral Norte - SP), como coordenadora; Sra. Andréa Carestiato (ONGs-Instituto Ipanema); Sra. Cristianny Gisler (ANA); Sr. Maurício Andrés (ANA); Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês); Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA); Sra. Rita Cerqueira (SRH/MMA); Sr. José Cupertino (ABINAM). O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) ficou de estudar a possibilidade de participação de representante dos consórcios. A Sra. Rosa Mancini (CBH Litoral Norte - SP) observou que poderão ser agregados ao GT técnicos dos Comitês existentes na área de abrangência. Ficou definido que o GT deverá se ater: à proposição de competências para a CT de Gestão Integrada Costeira; à indicação de seus potenciais integrantes; à elaboração da minuta inicial da proposta de resolução de instituição da CT; à análise da governabilidade da CT. A Sra. Andréa Carestiato (ONGs-Instituto Ipanema) propôs a realização de uma Oficina para consubstanciar os trabalhos do GT. Foi ressaltado que cabe ao GT definir a sua forma de trabalho. Foi dado o prazo até a reunião subsequente após o prazo de 60 dias desta para apresentação dos resultados do GT. Passou-se então ao item 6 da pauta: encaminhamento sobre proposta de resolução para solicitação aos CERHs das prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança às UHEs em rios de domínio dos Estados. Com a palavra, o Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) fez um histórico dos debates sobre o assunto ocorridos na 63ª reunião dessa CTIL. Destacou duas situações distintas para o tema em questão: UHEs em rios de domínio da União, em área de abrangência de CBHs estaduais; UHEs em rios de domínio estadual, cujos valores da cobrança são destinados à União. Informou que havia feito um exercício preliminar, utilizando dados disponíveis no site da ANEEL, para os recursos advindos da cobrança dos 0,75% às 3 UHEs localizadas no rio Pardo, curso de água principal na área de abrangência do CBH Pardo. Disse que o valor encontrado foi em torno de R\$400.000/ano, que são provenientes da cobrança e portanto, deveriam ser aplicados na bacia de origem. Indicou que se pretendia uma proposta de resolução estabelecendo que os CERHs deveriam participar do processo para a definição das prioridades de aplicação dos recursos oriundos da cobrança dos 0,75% às UHEs, para as duas situações acima descritas. Disse ainda que os Comitês em rios de domínio dos Estados também poderiam ser envolvidos, uma vez verificados os aspectos legais. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) esclareceu que a arrecadação desses recursos é destinada à ANA com base no entendimento de que a Constituição Federal estabelece que os potenciais hidráulicos são de domínio da União. Opinou que, dessa forma, os debates sobre a questão deveriam ser focados na articulação prevista no art. 4º da Lei nº 9.433, de 1997. O Sr. Fernando Rodrigues (Comitês) disse que as Leis nº 9.433 e 9.984 explicitam que os recursos dos 0,75% são cobrança pelo uso da água. Portanto, prosseguiu, como princípio do Sistema, deveriam ser aplicados na bacia de origem. Disse que não importa quem arrecada, mas sim a forma e o local de aplicação desses recursos. O Sr. Ademar Veiga (ANA) ressaltou a complexidade do tema em debate. Disse que o orçamento da ANA é lastreado nesses recursos. Com isso, solicitou prazo

de 30 dias para que a ANA se manifestasse sobre a questão, para posterior encaminhamento à CONJUR/MMA com solicitação de parecer, como forma de subsidiar os debates no âmbito da CTIL. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) observou que as interpretações da legislação de recursos hídricos sofriam alternâncias entre federal ou nacional conforme o tema em debate na CT. Solicitou que todos procurassem adotar uma maior coerência. O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) destacou que a proposta de resolução em debate deveria se referir à priorização da aplicação dos recursos advindos da cobrança, conforme evidenciado na redação dada ao item na pauta da reunião. O Sr. Luiz Fernando Carneseca (CERH-SP) apontou interface entre o item 6 da pauta, em debate, e o item 12, que traz, entre os documentos encaminhados, um parecer da PGE/ANA e CONJUR/MMA referente a Resolução do CERH-SC. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) lembrou que na 63ª reunião da CT havia sido elaborada proposta de resolução definindo as prioridades de aplicação dos recursos da cobrança, ficando o seu detalhamento para momento posterior, conforme art. 6º da Resolução CNRH nº 41, aprovada na XI Reunião Ordinária do CNRH (**Anexo IV**). Como o assunto diz respeito ao item 9 da pauta desta reunião, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) leu os artigos 5º e 6º da referida Resolução. Com isso, foi aberto espaço para discussão do item 9 de pauta: encaminhamentos relativos à Resolução CNRH nº 41, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2005. Passou-se então aos debates sobre o GT referido no art. 6º da Resolução nº 41. Ficou definido que o GT será composto por 9 membros, com cada Câmara Técnica envolvida (CTIL, CTCOB e CTPNRH) indicando 3, evitando-se a repetição de segmentos. Para a consecução dos trabalhos do GT, foi solicitado o suporte técnico das assessorias parlamentares do MMA e da ANA. Será sugerido à CTCOB que assuma a coordenação dos trabalhos do GT. Propuseram-se a integrar o GT os seguintes segmentos representados no CNRH: Comitês; SRH/MMA; ANA; CERH-SE; ONGs; Consórcios. Foi dada à Presidência da CTIL a prerrogativa de definir os 3 segmentos indicados pela CTIL, em articulação com as Presidências da CTCOB e CTPNRH. Foi solicitado o encaminhamento do assunto à CTPNRH e CTCOB. Após debates sobre o art. 5º da Resolução nº 41, foi composto outro GT, desta feita no âmbito exclusivo da CTIL, para elaboração da minuta inicial de proposta de resolução solicitada no artigo. O GT ficou composto por representantes dos seguintes segmentos: Comitês (coordenação); CERH; SRH/MMA; ANA. Será feito convite à CONJUR/MMA para indicar representante no GT. O prazo para consecução dos trabalhos foi definido para a reunião de setembro desta CTIL. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) solicitou então retorno aos debates sobre o item 6 de pauta. Foi consenso que os trabalhos a serem desenvolvidos no âmbito do GT referente ao art. 5º da Resolução CNRH nº 41 terão abrangência sobre o tema do item 6 da pauta, qual seja, proposta para solicitação aos CERHs das prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança às UHEs em rios de domínio dos Estados. Neste momento, às 12h30, foi proposta pausa para almoço. O retorno ocorreu às 14h50, passando-se para os itens seguintes de pauta. O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) solicitou que o item 10 fosse abordado no dia de amanhã da reunião, obtendo-se assim um pouco mais de prazo para a consecução dos trabalhos da Secretaria Executiva, previstos para o item. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) propôs que também o item 11 de pauta fosse abordado no dia seguinte da reunião, quando o Sr. Valter Otaviano (CONJUR/MMA), autor do parecer encaminhado, estaria presente. As solicitações foram aceitas. Passou-se então ao item 12 de pauta: encaminhamento da manifestação da CONJUR/MMA referente à Resolução nº 4, de 2003, do CERH de Santa Catarina. Os debates se concentraram na forma de resposta ao CERH-SC, considerando-se que não caberia à CTIL encaminha-la diretamente. Ficou decidido pela solicitação, ao Sr. Secretário Executivo do CNRH, de encaminhamento de ofício ao CERH-SC informando das providências tomadas no âmbito da CTIL, além das ações correlatas decorrentes da aprovação da Resolução CNRH nº 41, principalmente o estabelecido nos art. 5º e 6º. Dessa forma, passou-se ao item 13 da pauta: continuidade da análise do PL nº 1.616, com base na versão de 26 de maio de 2004-B, restrita aos aspectos de forma e às justificativas das propostas apresentadas. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) relatou que a Secretaria Executiva não havia recebido contribuições para os aspectos de forma do documento de sugestões ao PL, nem tampouco para as justificativas, conforme solicitado por e-mail, em atendimento ao determinado na 62ª reunião da CT. Disse que o Sr. Maurício Andrés (ANA) havia encaminhado, por e-mail, documento datado de 13 de julho de 2004 sobre a tramitação do PL nº 1.616. No documento, observou, foram listados os PL apensados ao 1.616. Solicitou que fosse dado conhecimento a todos sobre o documento (**Anexo V**). O Sr. Maurício Andrés (ANA) solicitou que a Secretaria Executiva providenciasse revisão sobre as modificações ocorridas no

Capítulo do PL sobre racionamento, para efeito de verificação da aceitação das propostas encaminhadas pela ANA. Questionou se a edição da Lei nº 10.881, de 2004, não tornaria obsoletos alguns artigos propostos nos Capítulos VI e VII do PL. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) lembrou que os artigos propostos para os capítulos foram elaborados com base na MP nº 165, que deu origem à Lei nº 10.881. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) solicitou registro que 21 dos 50 artigos do PL tratam sobre outorga. Classificou como exagerada tal proporção, uma vez que a outorga é um ato administrativo já devidamente regulamentado, próprio dos órgãos outorgantes. Sugeriu que fosse encomendada à ANA uma análise da pertinência do conteúdo sobre outorga no PL. O Sr. Ademar Veiga (ANA) disse que essas questões deveriam ser analisadas no âmbito da CTIL. Ponderou que não deveriam ser tratadas em leis questões que o poderiam ser em resoluções. Propôs a criação de um GT para tratar da questão trazida pela Sra. Patrícia Boson (Indústria) que, por sua vez, indicou que deverão ser resguardados os artigos referentes à política, em detrimento dos ligados a questões operacionais. Foi criado então um GT com a finalidade de analisar a pertinência dos artigos trazidos no Capítulo sobre outorga do PL, que ficou assim composto: Sra. Patrícia Boson (Indústria), como coordenadora; CERH-SP; ANA; SRH/MMA; CERH-MG; Consórcios. O prazo para consecução dos trabalhos foi definido para a reunião de agosto da CTIL. Com isso, não foi debatido o Cap. II do PL. Passou-se então diretamente ao art. 22, Cap. III do PL. Foi solicitado registro da necessidade de nova avaliação do art. 22, uma vez que seus incisos foram considerados repetitivos e que o assunto do artigo já se encontra devidamente abordado na Lei nº 9.433, de 1997, (art. 29 e 30) e na Lei nº 9.984, de 2000, (incisos I e V do art. 4º). Foram feitas críticas ao conteúdo do art. 23, além de observado que os artigos 24 e 25 não diriam respeito ao Cap. III. Tendo em vista os debates ocorridos, o Cap. III foi apensado aos trabalhos do GT incumbido de analisar os artigos do Cap. II. Em prosseguimento, foram feitas modificações de forma nas propostas apresentadas para os art. 26 (§ 1º, 3º e 4º) e na justificativa do art. 27. Os debates foram encerrados após a análise do art. 28 quando então, às 18h15, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) finalizou os trabalhos do primeiro dia de reunião.

**DATA:** 28/07/2004

**Início:** 9h45

**Término:** 13h00

O segundo dia da 64ª reunião da CTIL foi aberto pelo Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) às nove horas e quarenta e cinco minutos. Com a palavra, a Sra. Rosa Mancini (CBH Litoral Norte – SP) noticiou que o GT criado no dia anterior para análise sobre a criação da CT de Gestão Integrada Costeira, sob sua coordenação, havia se reunido antes do início desta reunião. Em decorrência, pediu ao Presidente da CTIL que encaminhasse ofício (**Anexo VI**) às demais CTs do CNRH solicitando debate, em seus respectivos âmbitos, sobre a proposta de criação da referida CT, em especial a análise da sobreposição de competências. Passou-se então ao item 10 da pauta: análise das sugestões de pauta para o CNRH, encaminhadas conforme Ofício CNRH nº 112/2003. Para balizar os debates, foi distribuído o documento elaborado pela Secretaria Executiva (**Anexo VII**), que consolida as sugestões enviadas pelos Conselheiros. Ficou definido que essa análise inicial do documento deverá ser pautada nos seguintes critérios: relevância do tema; sua relação com as competências do CNRH; identificação de possíveis agrupamentos. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) iniciou então a leitura dos tópicos apresentados no documento, para análise conforme critérios acima. Quando do debate sobre o item da interface entre o CNRH e o CONAMA, a Sra. Patrícia Boson (Indústria) opinou que o Secretário Executivo deveria reivindicar a participação efetiva do CNRH em discussões do CONAMA afetas a recursos hídricos, como a revisão da Resolução CONAMA nº 20 e as Áreas de Preservação Permanente (APPs). O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) sugeriu, como procedimento, que uma vez verificadas interfaces, fosse então solicitado ao Secretário Executivo que tomasse as providências para um debate conjunto. O Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA) disse que a Resolução CNRH nº 12 foi considerada durante as discussões da revisão da Resolução CONAMA nº 20. O Sr. Maurício Andrés (ANA) lembrou do GT criado no âmbito da CTPOAR para debates sobre a integração de procedimentos de outorga e licenciamento ambiental, um caso típico de interface entre os dois Conselhos. O Sr. Valter Otaviano (CONJUR/MMA) disse ser possível verificar, nos trabalhos no âmbito da CONJUR, uma preocupação do CONAMA em não usurpar competências do CNRH. A Sra. Patrícia Boson (Indústria), retomando a palavra, observou que os temas concorrentes aos Conselhos vinham sendo devidamente atendidos. Disse que sua interferência anterior se referia a temas de competência exclusiva do CNRH que são tratados exclusivamente no CONAMA, como a questão do enquadramento dos cursos de água e as APPs para proteção de mananciais. Informou que pretendia, inclusive, solicitar

que essa questão fosse pautada para debate em reunião plenária do CNRH. Foi dado prosseguimento à análise das sugestões de pauta. O Sr. Ademar Veiga (ANA) se comprometeu a verificar os motivos que levaram a apresentação, pela ANA, da sugestão de revisão da Resolução CNRH nº 12 como tema de pauta para o CNRH. Uma vez analisadas todas as propostas apresentadas, foi solicitado o encaminhamento do documento final (**Anexo VIII**) às demais Câmaras Técnicas, para análise dos temas pertinentes e providências cabíveis. Por solicitação, foi mantido como anexo o documento mostrando as alterações feitas nessa reunião (**Anexo IX**). Nesse momento, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) abriu espaço na reunião para a Sra. Dalva Ringuier (SEMARH-ES) para interposição relacionada ao pleito para criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim (ES-MG). A Sra. Dalva Ringuier (SEMARH-ES), representando a Secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo, agradeceu a oportunidade e fez histórico dos trabalhos de mobilização realizados na bacia desde 1997, com avanços significativos nos últimos dois anos e em cuja área de abrangência foram investidos aproximadamente R\$8 milhões. Disse que a região é essencialmente dedicada a atividades mineradoras. Pelo exposto, finalizou, encaminhava nesse momento a documentação, conforme Resolução CNRH nº 5, para solicitação da criação do CBH do rio Itapemirim, que abrange os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, destacando como um importante passo para o desenvolvimento sustentável da região. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) parabenizou pelos trabalhos de mobilização desenvolvidos no âmbito da bacia e informou que os documentos serão protocolados na SRH/MMA e encaminhados à Secretaria Executiva do CNRH para análise inicial. Passou-se ao item 11 de pauta: encaminhamento da manifestação da CONJUR/MMA referente aos questionamentos encaminhados pela CTCOB, Ofício nº 11/2003 (**Anexo X**). Com a palavra, a Sra. Patrícia Boson (Indústria) opinou que o parecer normativo encaminhado pela CONJUR/MMA, enquanto oriundo do MMA, se contrapõe à sustentabilidade do SINGREH. Citou o parecer elaborado pela Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria), que integra os documentos do processo e traz posicionamentos favoráveis ao SINGREH. Disse que o parecer da CONJUR/MMA, por sua vez, traz posicionamentos que dão margem a questionamentos sobre a viabilidade do SINGREH. Externou sua preocupação com as possíveis repercussões conseqüentes ao parecer. O Sr. Valter Otaviano (CONJUR/MMA) esclareceu que o parecer da CONJUR é normativo, assinado pela Sra. Ministra, e que traz elucidações de pontos obscuros do SINGREH visando o seu fortalecimento. O Sr. Fernando Rodrigues (Comitês) externou sua preocupação com algumas manifestações contidas no parecer. Disse que o contingenciamento do orçamento é uma prerrogativa do governo, uma vez que a receita é expectativa, não havendo, entretanto, justificativa para o contingenciamento financeiro dos recursos provenientes da cobrança. Concluindo, indicou que não poderia haver outra destinação para os recursos da cobrança que não sua alocação no SINGREH. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) concordou com a afirmativa, mas ressaltou que o momento da aplicação desses recursos não está estabelecido em lei. Destacou o valor político do parecer da CONJUR, trazendo um alerta sobre o arcabouço em vigência para as questões relacionadas aos recursos da cobrança. O Sr. Ademar Veiga (ANA) ressaltou que um parecer deve se basear em aspectos jurídicos. Disse não ter encontrado equívocos no referido parecer, tendo em vista as normas existentes no momento de sua consecução, mês de maio deste ano, anterior à edição da Lei nº 10.881, de 2004, que assegura o não contingenciamento dos recursos da cobrança e a sua aplicação na bacia de origem. Concluiu dizendo compartilhar de todos os aspectos trazidos no parecer. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) ressaltou que o aspecto temporal deve ser considerado. Solicitou registro do seu testemunho do interesse que a CONJUR/MMA, nas suas competências, demonstra pela implementação efetiva do SINGREH. Finalizando, também disse compartilhar dos aspectos trazidos no parecer. A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) ressaltou que a destinação dos recursos da cobrança está definida em Lei. Entretanto, disse, a prática demonstra que o governo tem contingenciado recursos visando alcançar níveis de superávit primário. Em seguida, teceu críticas a alguns pontos do parecer da CONJUR. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) ratificou seu posicionamento político sobre o parecer, ressaltando que um documento jurídico traz também conseqüências políticas. Disse que o documento poderá trazer subsídios nefastos para os debates sobre a cobrança tomados no âmbito do setor industrial. O Sr. Ademar Veiga (ANA) manifestou sua posição contrária a maiores debates sobre o tema. Disse não ver outra possibilidade de manifestação da CONJUR/MMA senão partindo da interpretação jurídica da questão. Lembrou que as despesas são executadas em momento posterior às receitas, portanto sempre haverá expectativas. Os debates sobre a questão foram considerados encerrados, devendo a Secretaria Executiva providenciar o

encaminhamento do parecer à CTCOB, em conjunto com o registro dos debates ocorridos nesta reunião. Com isso, às 13h00, em atendimento a solicitações então manifestadas, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) declarou a reunião encerrada, ficando a continuidade dos debates sobre o PL nº 1.616 transferidos para a próxima reunião. Parabenizou a todos pelos trabalhos realizados, agradeceu a presença e o empenho.

**RESUMO DA REUNIÃO:**

- aprovadas as atas das 62ª e 63ª reunião da CTIL;
- foram aceitas as solicitações de retirada de pauta dos itens 5, 7 e 8;
- o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) foi eleito Presidente da CTIL, com mandato até 30 de junho de 2005;
- criado Grupo de Trabalho para debates sobre a proposta de criação da CT de Gestão Integrada Costeira, com as seguintes atribuições: proposição de competências para a CT de Gestão Integrada Costeira; indicação de seus potenciais integrantes; elaboração da minuta inicial da proposta de resolução de instituição da CT; análise da governabilidade da CT;
- proposta a formatação para o Grupo de Trabalho estabelecido no art. 6º da Resolução CNRH nº 41 e solicitado o encaminhamento do assunto para a CTCOB e CTPNRH;
- foi composto outro GT, desta feita no âmbito exclusivo da CTIL, para elaboração da minuta inicial de proposta de resolução solicitada no artigo 5º da Resolução CNRH nº 41, de 2004;
- foi consenso que os trabalhos a serem desenvolvidos no âmbito do GT referente ao art. 5º da Resolução CNRH nº 41 terão abrangência sobre o tema do item 6 da pauta;
- decidido o envio de solicitação, ao Sr. Secretário Executivo do CNRH, de encaminhamento de ofício ao CERH-SC informando das providências tomadas no âmbito da CTIL referentes à Resolução CERH-SC nº 4, além das ações correlatas decorrentes da aprovação da Resolução CNRH nº 41, em especial o estabelecido nos art. 5º e 6º;
- criado um GT com a finalidade de analisar a pertinência dos artigos dos Capítulos II e III do PL nº 1.616;
- solicitado o encaminhamento do documento final de análise das sugestões de pauta para o CNRH, encaminhadas pelos Conselheiros, às demais Câmaras Técnicas, para análise dos temas pertinentes e providências cabíveis;
- foi recebido o pleito para criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim (ES-MG);

Ata aprovada na 65ª reunião da CTIL, realizada em 24 e 25 de agosto de 2004.

JULIO THADEU SILVA KETTELHUT  
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO  
Relator